

USP

CCN

PPG
50
COM

SEGURANÇA E LIBERDADE DE IMPRENSA

Ameaças a jornalistas no Brasil



Organizadoras:

Elizabeth Saad

Daniela Osvald

Aianne Amado

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

S456 Segurança e liberdade de imprensa : [recurso eletrônico] ameaças a jornalistas no Brasil / organizadoras Elizabeth Saad, Daniela Osvald, Aianne Amado. – São Paulo: ECA-USP, 2025.
PDF (71 p.) : il. color.

ISBN 978-85-7205-318-1

1. Jornalismo - Brasil. 2. Liberdade de imprensa - Brasil. 3. Jornalistas - Brasil.
4. Democracia - Brasil . I. Saad, Elizabeth. II. Osvald, Daniela. III. Amado, Aianne.

CDD 23. ed. – 079.81

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Apresentação

Liberdade de imprensa, expressão e democracia sob tensão: um estudo de casos recentes no Brasil

Elizabeth Saad, Daniela Osvald e Aianne Amado

As inseguranças brasileiras contra jornalistas têm uma longa história. Há registros de ocorrências desde o período colonial, e os eventos evoluíram até os dias atuais. No Brasil, o relatório de 2024 emitido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) destaca que os ataques continuam, mas se tornaram “mais sofisticados e perigosos”. O documento alerta para uma mudança da violência física para “formas estruturais de silenciamento, como o assédio judicial e a censura”.

De acordo com uma análise longitudinal de 1982 a 2024, extraída do banco de dados abertos criado pelo Observatório OBCOM – Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP e baseada em relatórios da FENAJ, houve quase 300 ataques contra jornalistas apenas no estado de São Paulo, o maior do Brasil. Se analisarmos todos os estados brasileiros, esse número se multiplica por mais de dez vezes. Em 2024, por exemplo, foram registrados 144 ataques.

Nas últimas décadas, houve um aumento global de ataques contra regimes democráticos e, especificamente, contra a cobertura jornalística dessa situação. Tanto em zonas de conflito quanto em áreas de disputas territoriais e de poder, há registros contínuos de assassinatos, sequestros, censura, assédio e diversas formas de perseguição. Considerando a presente década, o cenário de insegurança brasileiro contra a mídia, jornalistas e representantes de instituições democráticas aumentou significativamente devido às enormes transformações em nossa sociedade — como as polarizações políticas, a desinformação, a crise econômica e o protagonismo das plataformas de mídia social.

Ao mesmo tempo, a formação acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação em jornalismo revela que a maioria deles não está plenamente preparada para enfrentar essas complexidades. A maioria dos nossos 327 cursos de graduação e 54 programas de pós-graduação em Comunicação – campo onde se insere o jornalismo – não possui disciplinas específicas que abordem o amplo espectro de inseguranças, como segurança física, cobertura de conflitos, proteção de jornalistas, e agressões de gênero e étnico-raciais. A maior parte das iniciativas é conduzida por ONGs ou associações profissionais, e não por universidades, sendo oferecidas como cursos curtos de treinamento.

Esse cenário nos leva a formular um conjunto de estratégias e atividades que possam integrar as lacunas acadêmicas com a realidade brasileira sobre as práticas jornalísticas sob tensão em torno de questões de segurança, violência e assédio. Assim, organizamos um plano de longo prazo para desenvolver e consolidar essas ações no programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP.

Dois passos iniciais e paralelos foram concluídos com sucesso.

O primeiro e mais frutífero foi o estabelecimento de uma parceria acadêmica internacional, liderada pela Oslo Metropolitan University (Noruega) e financiada pelo Conselho Norueguês de Pesquisa.

Trata-se de um programa de cinco anos que também inclui a Universidade de Tulsa (EUA) e a Wits University (África do Sul). O principal objetivo dessa iniciativa acadêmica é contribuir para a segurança dos jornalistas, formando pesquisadores de jornalismo em nível de doutorado nas ferramentas analíticas e práticas necessárias para investigar, compreender e melhorar a segurança dos jornalistas em um cenário transnacional em constante transformação, marcado por inseguranças políticas e físicas.

Este e-book é um dos resultados desse projeto e será detalhado adiante.

A segunda ação está relacionada à construção de uma base teórica comum sobre os amplos temas englobados pelo projeto, ao mesmo tempo em que busca

identificar as singularidades do contexto brasileiro. A primeira etapa consistiu em realizar uma revisão sistemática da literatura, como tarefa em andamento.

A partir disso, recuperamos os conceitos de Johan Galtung (1969; 1990) e sua proposta das camadas da violência — direta, cultural e estrutural —, e acrescentamos a perspectiva de Taylor O'Connor (2020), que desdobra a tipologia de Galtung em um mapeamento mais detalhado, correlacionando-a com aspectos de forças sociais amplas, como guerras, pobreza, atores sociais dominantes e ações comunitárias.

Para O'Connor, essas ocorrências refletem os efeitos dos níveis de visibilidade latente definidos por Galtung nas sociedades — e não a violência cultural e estrutural em si.

O'Connor, então, subdivide a violência direta em ocorrências pessoais, interpessoais e comunitárias. A violência estrutural é mais difícil de ser identificada por cidadãos comuns, pois está embutida nas estruturas políticas e econômicas, nas organizações e nos grupos sociais. Assim, o autor classifica os efeitos que a violência estrutural causa por meio de eventos (como guerras e desigualdades) e seus perpetradores. Já a violência cultural, também difícil de perceber, manifesta-se em elementos simbólicos, como a literatura, os monumentos, as especificidades linguísticas e as celebrações cívicas.

Combinamos as abordagens dos dois autores para chegar a um conceito comum:

“A violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de suas realizações potenciais” (Galtung: 1969, p. 168). Assim, para abarcar os objetivos deste artigo, o termo violência compreende, mas não é limitado a atos e ações verbais e digitais, agressões físicas, obstruções e obstáculos ao trabalho do jornalista, práticas judiciais e de aplicação da lei e restrições à liberdade de expressão e, conseqüentemente, da liberdade de imprensa, que o impedem de realizar seu pleno potencial de apurar e relatar fatos seguindo o método jornalístico apropriado. (Ramos; Saad, 2022, p. 3)

Em seguida, comparamos e adaptamos esses conceitos aos estudos brasileiros. Para isso criamos, em 2022, uma disciplina anual no programa de pós-graduação em

Comunicação da USP, com o objetivo de disseminar e fixar conceitos e práticas relacionados à segurança no jornalismo. A disciplina *“Novos paradigmas e dimensões da violência no campo da Comunicação: assédios e ameaças aos jornalistas e comunicadores”* já formou 43 pós-graduandos e especialistas.

Em paralelo à disciplina, oferecemos treinamento para 13 doutorandos do PPGCOM-USP que vivenciaram um período na Oslo Metropolitan University (OsloMet) para o desenvolvimento de pesquisa acadêmica realizada em grupos multiculturais do projeto. A proposta destas atividades em grupo, além de proporcionar uma convivência com diferentes contextos e realidades, agrega ao nosso campo de atividades um conjunto de pesquisadores-jornalistas que já estão atuando como disseminadores da temática sobre violências e assédios.

Por último, toda a mobilização que vem sendo empreendida desde os primeiros contatos e convites da OsloMet resultou na criação e disponibilização de uma base de dados interativa, aberta ao público, hospedada pelo OBCOM-USP (obcom.net.br/vis/), em parceria com a FENAJ, que possibilita diferentes correlações de informações, como por exemplo, tipos de violências e assédios, autores das mesmas, locais das ocorrências, gênero, entre outras possibilidades.

Esperamos que a continuidade destas atividades, já consolidadas no escopo de nossa pós-graduação, possa construir uma consciência coletiva dos campos do Jornalismo e das Ciências da Comunicação sobre uma temática que nos impacta cotidianamente.

Sobre o livro

Os capítulos reunidos neste e-book resultam do trabalho acadêmico de estudantes de pós-graduação da Universidade de São Paulo, apresentados como trabalhos finais da disciplina a *“Novos paradigmas para dimensões de violência no campo*

da Comunicação: assédios e ameaças aos jornalistas e comunicadores”⁵, ministrada pela Prof. Dra. Daniela Osvald Ramos e pela Profa. Dra. Elizabeth Nicolau Saad-Correa.

A proposta feita aos alunos consistiu em articular o referencial teórico discutido ao longo do curso com casos concretos do contexto brasileiro contemporâneo. O livro, portanto, apresenta estudos de caso que, ao mesmo tempo em que refletem sobre as condições de (in)segurança e vulnerabilidade de jornalistas no país, também funcionam como registro documental de recentes violações democráticas à liberdade de imprensa e de expressão no Brasil.

Embora se insira em uma literatura já consolidada sobre segurança jornalística, liberdade de imprensa e violência contra comunicadores, esta obra se distingue por seu caráter específico e profundamente brasileiro. A amplitude temática dos estudos aqui reunidos reflete a complexidade das ameaças enfrentadas por jornalistas e comunicadores no Brasil. Desta forma, cada capítulo parte de acontecimentos que não apenas ocorreram no Brasil, mas que só poderiam ter emergido da conjuntura particular do país — marcada por desigualdades estruturais, violência sistêmica, tensões entre Estado e sociedade civil e pela intersecção entre poder político, econômico e simbólico. Trata-se, portanto, de uma contribuição que não apenas descreve episódios isolados de violência, mas ajuda a compreender as dinâmicas estruturais que tornam o exercício do jornalismo no país um ato de resistência democrática.

Em diversos países da América Latina não é incomum encontrar territórios em que o poder formal do Estado é substituído ou sobreposto por dinâmicas de controle exercidas por organizações criminosas, fenômeno conhecido como *governança criminal*. No entanto, essa configuração alcança no Brasil uma expressão distintivamente ampla – segundo dados publicados pela Cambridge University Press (Uribe et al., 2025), o país concentra o maior percentual da população vivendo sob regimes de poder impostos por grupos criminosos em todo o subcontinente:

⁵A ementa da disciplina pode ser acessada em: <https://uspdigital.usp.br/janus/componente/disciplinasOferecidasInicial.jsf?action=3&sgldis=CJE5041>. Acesso em: 10 out. de 2025.

estima-se que cerca de 26% dos brasileiros (entre 50,6 e 61,6 milhões de pessoas) estejam submetidos, de algum modo, a esse tipo de domínio paralelo. É nesse contexto que se insere o primeiro capítulo do livro, assinado por Natália de Sena Carneiro e Edgar Wilfford Miranda Alvino, dedicado à análise de dois episódios paradigmáticos de violência contra jornalistas brasileiros que, ao exercerem sua função de informar, colocaram em risco interesses de facções organizadas. O primeiro caso remonta a 2006, quando o repórter Guilherme Portanova, da TV Globo, foi sequestrado e mantido em cativeiro pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo (SP). O segundo, ocorrido quatorze anos depois, em 2020, refere-se ao assassinato do jornalista Léo Veras, em Ponta Porã (MS), executado dentro de sua casa após uma série de reportagens investigativas sobre o narcotráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai. A análise conjunta desses casos revela a dimensão e a sofisticação da governança criminal no país, que, além de impor lógica própria de controle territorial, estabelece mecanismos de silenciamento que atingem diretamente o jornalismo investigativo.

O segundo capítulo trata de desigualdades estruturais profundamente enraizadas em nossa sociedade: o racismo e a violência de gênero. A discriminação racial no Brasil é herança direta de um longo e brutal período escravocrata, responsável pelo sequestro e tráfico de mais de 4 milhões de africanos para terras brasileiras – fato histórico central para entender nossa formação social, uma vez que, desde nossa colonização, foram 388 anos de escravidão legalmente instituída e meros 137 anos fora desse regime. Mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, o Estado brasileiro manteve-se omissivo quanto à integração social, econômica e política da população negra, negando-lhe condições mínimas de cidadania e perpetuando um sistema de exclusão – de modo que as consequências desse infeliz “passado” ainda são deveras presentes em nossa sociedade: em 2025, 84% das população negra afirmam já ter sofrido discriminação racial (Moura, 2025).

Já o machismo brasileiro, embora não se alicerce em um momento histórico delimitado, faz eco aos papéis de gênero historicamente impostos, que associam o

homem à liderança e à esfera pública, e a mulher ao cuidado doméstico e familiar. As brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932, a igualdade formal de direitos na Constituição de 1988 e, apenas em 2022, o direito reprodutivo de realizar a laqueadura sem autorização do cônjuge⁶. Com tais garantias surgindo a vagarosos passos, a desigualdade de gênero persiste de forma alarmante: cerca de 84,5% das pessoas no país, independentemente do gênero, expressam algum tipo de preconceito contra mulheres. Os índices mais graves dizem respeito à integridade física: a cada seis minutos, uma mulher é vítima de violência sexual, e a cada seis horas, uma mulher é assassinada em casos de feminicídio (ONU, 2023; Nossa Causa, 2025).

As estatísticas tornam-se ainda mais dramáticas quando se cruzam com as dissidências de gênero e sexualidade: em 2022, mais de 11 mil pessoas LGBTQIA+ foram vítimas de algum tipo de agressão motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo pessoas transexuais e travestis as mais afetadas (38,5%) (Barbosa, 2025). Pelo 16º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos contra a população trans (Narcisa; Bonets, 2025).

Riza Amaral Lemos e Rafael Rodrigues Pereira tocam nessas feridas ao jogar luz sob às violências sofridas pelas jornalistas Joyce Ribeiro, mulher negra; Alana Rocha, mulher trans; e Sara York, mulher travesti. Todas foram vítimas de ataques motivados pelo exercício de suas profissões, mas agravados por seus marcadores sociais. Ao retratar esses casos, os autores evidenciam a dimensão simbólica da agressão contra jornalistas, e, em especial, as múltiplas camadas de vulnerabilidade que se sobrepõem a determinados corpos e identidades no campo da comunicação.

Apesar de ser considerado um país digitalizado, o Brasil é também uma nação com baixo letramento digital visto que, dentre nossa população, há um evidente contraste entre o acesso à tecnologia e capacidade crítica de utilizá-la: apenas 24,4%

⁶ Ver:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/entra-em-vigor-lei-que-dispensa-aval-do-conjuge-em-procedimentos-de-esterilizacao>. Acesso em: 13 out. 2025.

da população economicamente ativa do país tem domínio sobre habilidades digitais básicas (Amaral, 2023). Esse baixo letramento digital é agravado por desigualdades regionais, baixa escolarização e a insuficiente educação digital nas escolas, mas também pode ser explicado pelo rápido crescimento de aparelhos digitais e de conectividade, que não veio acompanhado de políticas públicas estruturadas de educação digital. Assim, embora mais de 89% da população tenha acesso à internet e o país figure entre os maiores consumidores de mídias digitais, grande parte dos usuários as utiliza de forma pontual, voltada principalmente ao entretenimento e à comunicação pessoal, sem desenvolver habilidades para avaliar, interpretar e produzir informações de forma crítica: estudos de 2024 apontam que 9 em cada 10 brasileiros já acreditaram em notícias falsas (Mello, 2024), apontando o país como a população com maior dificuldade de identificar desinformação (Cozman, 2024).

O baixo letramento digital do brasileiro se tornou ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19, período em que a população passou a depender intensamente da internet e o contexto político estava centralizado no governo de Jair Bolsonaro, que não apenas falhou em combater a desinformação, como, em diversos momentos, *propagou* ele próprio notícias falsas sobre a crise sanitária. Os usuários, então, tornaram-se alvos fáceis de *fake news*, teorias conspiratórias e orientações de saúde errôneas, que se reproduziam com rapidez em redes sociais digitais. É esse o plano de fundo do terceiro capítulo, escrito por Letícia Assis Almeida da Silva e Vitória Paschoal Baldin, que analisa a violência jurídica sofrida pelas comunicadoras e cientistas Ana Bonassa e Laura Marise, acusadas judicialmente — e condenadas em primeira instância — por se posicionarem contra a desinformação e corrigirem informações falsas. O caso ilustra como o aparato judicial pode ser instrumentalizado como alvo de intimidação e ameaça para silenciar vozes críticas, comprometidas com a veracidade e o interesse público.

Somos um país amplamente reconhecido por nossa efervescência cultural, que atinge seu ponto máximo durante o mês de fevereiro, quando o país inteiro se mobiliza para celebrar o Carnaval, considerado a maior festa popular do mundo. Em

todos os Estados, o feriado assume diferentes expressões: das escolas de samba no Rio de Janeiro aos trios elétricos de Salvador, passando pelos blocos de rua que tomam conta das ladeiras de Olinda. Apenas em 2025, estima-se que o evento tenha movimentado cerca de R\$ 12 bilhões na economia nacional, consolidando-se como um dos principais motores de receita do país (Alves, 2025), além de atrair aproximadamente 287 mil turistas internacionais (Embratur, 2025). Entretanto, por trás das fantasias e da música alegre, o Carnaval revela um lado marcado por contradições sociais que levam ao aumento de violência e hostilidade no período festivo. Os casos relatados no quarto capítulo — vivenciados pelos jornalistas Marcelo Rubens Paiva, Bruno Santos, Josué Amador, Bianka Carvalho e Fabrício Lobel — descrevem diferentes formas de agressão sofridas por profissionais da mídia durante a cobertura da festa (em alguns casos enquanto ainda estavam ao vivo no ar!) ou mesmo ao serem reconhecidos fora do trabalho. Ao evidenciarem esses episódios, os autores Aianne Amado e Mario Sergio Assumpção de Andrada e Silva chamam atenção para pautas pouco abordadas no debate sobre segurança no jornalismo, em específico, a pauta cultural e de entretenimento – cujos riscos não são tão explícitos quanto o jornalismo investigativo, por exemplo, mas não por isso deixam de ser relevantes.

O Brasil, um dia habitado exclusivamente por povos indígenas, abriga hoje cerca de 1,7 milhão de pessoas — o equivalente a 0,83% da população nacional — pertencentes a 305 povos originários distintos e falantes de 274 línguas (National Geographic Brasil, 2025). Nos últimos anos, o país tem avançado na criação de novas iniciativas públicas e privadas voltadas à proteção dessa população, culminando na criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), instituído no início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sob a liderança da ministra Sônia Guajajara, primeira mulher indígena a ocupar um cargo ministerial no Brasil, o órgão tem como missão central defender os direitos territoriais, culturais e de segurança física das comunidades indígenas. Essas ações, contudo, respondem a uma realidade persistente e alarmante de violência: apesar da garantia legal às terras

demarcadas, os povos indígenas seguem sofrendo invasões sistemáticas de grileiros, fazendeiros, caçadores, madeireiros e garimpeiros, movidos pela exploração econômica de territórios legalmente protegidos. Apenas em 2024, foram registrados 1.241 casos de violência contra o patrimônio indígena em todo o país (Cimi, 2024), evidenciando a continuidade de práticas coloniais e o enfraquecimento da presença estatal em regiões de conflito fundiário. O quinto capítulo deste livro se debruça sobre um desses episódios, ocorrido em 2023, na área de retomada guarani-kaiowá, em Iguatemi (MS). O caso envolveu o jornalista canadense Renaud Philippe e sua equipe, que foram ameaçados, agredidos e assaltados enquanto investigavam a luta dos povos indígenas pela recuperação de seus territórios ancestrais. Para além da violência física, o episódio revela dimensões simbólicas e estruturais mais profundas – a normalização da violência contra comunicadores e povos originários, bem como a morosidade das instituições em oferecer respostas efetivas e justas.

Os casos expostos dão nomes e rostos aos jornalistas afetados pela insegurança e violência atrelada ao seu ofício – não para vitimizá-los, mas sim para enaltecer o compromisso dos mesmos com o dever de informar e a coragem de persistir, mesmo em situações adversas. Além disso, cada capítulo vem acompanhado de um mapa que indica os estados da federação em que os casos aconteceram, localizando os episódios. Com isso, não visamos delimitar ou restringir supostos “focos” de violência, apenas situar o leitor, evidenciando que, embora as diferenças regionais existam e devam ser consideradas, a segurança de jornalistas é um tema a ser debatido amplamente em todo território brasileiro.

Que a leitura deste livro sirva como convite à ação — acadêmica, política e profissional. A liberdade de imprensa permanece como um dos pilares vitais da democracia, e este livro se propõe, antes de tudo, a ser um manifesto em sua defesa.

Referências

AMARAL, B. do. Brasil tem índice de habilidades digitais abaixo da média na América Latina. **Teletime**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://teletime.com.br/26/04/2023/brasil-tem-indice-de-habilidades-digitais-abaixo-da-media-na-america-latina/>. Acesso em: 14 out. 2025.

ALVES, A. P. Carnaval 2025: qual é o impacto financeiro da folia no bolso e na economia? **Forbes Brasil**, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/02/carnaval-2025-qual-e-o-impacto-financeiro-da-folia-no-bolso-e-na-economia/?utm>. Acesso em: 14 out. 2025.

ASOCIACIÓN CIVIL COMUNICACIÓN PARA LA IGUALDAD. **Medios sin violencia**. Buenos Aires, 2024. Disponível em: <https://comunicarigualdad.com.ar/medios-sin-violencias/>. Acesso em: 12 out. 2025.

BARBOSA, F. População LGBTQIA+ denuncia mais casos de violência no país: comunicações ao Disque 100 passam de 5,7 mil até setembro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 26 out. 2024. Atualizado em: 26 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-10/populacao-lgbtqia-denuncia-mais-casos-de-violencia-no-pais>. Acesso em: 12 out. 2025.

CIMI. Relatório Violência Contra Povos Indígenas no Brasil – 2024: primeiro ano de vigência da Lei do Marco Temporal foi marcado por conflitos e violência contra povos em luta pela terra. **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)** 28 jul. 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/07/relatorioviolencia2024/>. Acesso em: 14 out. 2025.

COZMAN, F. Relatório da OCDE mostra que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas. **Rádio USP**, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasileiros-sao-os-piores-em-identificar-noticias-falsas/>. Acesso em: 14 out. 2025.

EMBRATUR. **We are folia!** Levantamento da Embratur mostra que 287 mil estrangeiros devem curtir Carnaval no Brasil. Notícias, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://embratur.com.br/2025/02/24/we-are-folia-levantamento-da-embratur-mostra-que-287-mil-estrangeiros-devem-curtir-carnaval-no-brasil/>. Acesso em: 14 out. 2025.

FENAJ. **Violência contra jornalistas diminui em 2024, mas FENAJ alerta:** censura e assédio judicial estão em alta. Brasília, 2024. Disponível em: <https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-diminui-em-2024-mas-fenaj-alerta-censura-e-assedio-judicial-estao-em-alta/>. Acesso em: 12 out. 2025.

GALTUNG, J. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

COZMAN, F. Relatório da OCDE mostra que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas. Rádio USP, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasileiros-sao-os-piores-em-identificar-noticias-falsas/>. Acesso em: 14 out. 2025.

MOURA, B. de F. Quase 85% da população preta afirma ter sofrido discriminação racial. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 20 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/quase-85-da-populacao-preta-afirma-ter-sofrido-discriminacao-racial>. Acesso em: 12 out. 2025.

NARCISA, T; BONETS, V. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **CNN Brasil**, Belém, 27 jan. 2025. Atualizado em: 11 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em: 12 out. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Dia dos Povos Indígenas: qual é a maior nação indígena do Brasil? **National Geographic Brasil**, 18 abr. 2025.. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2025/04/dia-dos-povos-indigenas-qual-e-a-maior-nacao-indigena-do-brasil>. Acesso em: 14 out. 2025.

NOSSA CAUSA. Os dados não mentem: machismo mata! **Nossa Causa**, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://nossacausa.com/2025/03/os-dados-nao-mentem-machismo-mata/>. Acesso em: 12 out. 2025.

O’CONNOR, T. **A typology of violence: mapping structural and cultural violence**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/skilluped/a-typology-of-violence-6abc98247355>. Acesso em: 8 out. 2025.

ONU. 90% da população mundial tem algum preconceito contra mulheres. **ONU News**, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1815832>. Acesso em: 13 out. 2025

RAMOS, D.; SAAD, E.. A VIOLÊNCIA CULTURAL CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL: uma proposta de tipologia e análise do período. In: **ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS**, 2022, Imperatriz. Anais eletrônicos..., Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/a-violencia-cultural-contra-jornalistas-no-brasil-uma-proposta-de-tipologia-e-an?lang=pt-br>. Acesso em: 13 Out. 2025.

RSF – REPORTERS SANS FRONTIÈRES. **RSF’s 2024 round-up: journalism suffers exorbitant human cost due to conflicts and repressive regimes**. Paris, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/en/rsf-s-2024-round-journalism-suffers-exorbitant-human-cost-due-conflicts-and-repressive-regimes>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNESCO. **Journalists at the frontlines of crises and emergencies: highlights of the Director-General’s report on the safety of journalists and the danger of impunity**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391763>. Acesso em: 12 out. 2025.

URIBE, A. et al. Criminal Governance in Latin America: Prevalence and Correlates. **Perspectives on Politics**, p. 1–19, 12 ago. 2025.

VANNUCHI, C. Desinformação e democracia. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 113, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539113.018>. Acesso em: 12 out. 2025.